



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INFORMAÇÃO ANUAL DO CHEFE DO ESTADO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE A
SITUAÇÃO GERAL DA NAÇÃO

Maputo, 16 de Dezembro de 2020

Senhora Presidente da Assembleia da República;
Senhor Primeiro-Ministro;
Venerando Presidente do Tribunal Supremo;
Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;
Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;
Digníssima Procuradora-Geral da República;
Egrégio Provedor de Justiça;
Senhores Deputados da Assembleia da República;
Senhores Membros do Conselho de Ministros, Vice-Ministros e Secretários de Estado;
Senhora Secretária de Estado da Cidade de Maputo;
Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;
Senhores Dirigentes e Membros de Partidos Políticos, Representantes das Confissões Religiosas e das Organizações da Sociedade Civil;
Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;
Distintos Convidados;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;
Moçambicanas e Moçambicanos!

1. É com elevada honra, que me dirijo a esta Magna Casa do Povo e, por vosso intermédio, a todos os moçambicanos do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico.
2. Endereçamos as nossas saudações a si, Senhora Presidente da Assembleia da República, Doutora Esperança Bias, por esta nobre missão que é de dirigir a Casa do Povo.
3. Uma saudação particular vai para os partidos políticos com assento nesta Assembleia da República, e aos deputados que os representam. Saudamos o vosso inestimável contributo para o desenvolvimento do País.

**Compatriotas,
Distintos Convidados!**

4. Antes de mais gostaríamos de lembrar o Herói Nacional, **Major General Marcelino dos Santos** que nos deixou no dia 11 de Fevereiro deste ano. Marcelino foi e continua a ser um exemplar filho da nossa pátria. Marcelino será sempre um homem do Povo, um defensor da causa do nacionalismo Moçambicano, da emancipação do Pan-Africanismo e da luta dos povos pelo progresso
5. Queremos também recordar: **Mário da Graça Fernandes Machungo**, nacionalista convicto, o primeiro cidadão a assumir o cargo de Primeiro-Ministro após a Independência. Machungo foi um exímio economista, defensor acérrimo da independência política e económica de Moçambique;

Lembramos ainda os **53 Jovens de Xitachi**, do Distrito de Muidumbe, na Província de Cabo Delgado, verdadeiros Mártires, barbaramente chacinados pelos terroristas, por se negarem a ser convertidos em assassinos dos seus próprios irmãos;

Queremos recordar os **jovens das Forças de Defesa e Segurança** que, com bravura e sacrifício deram as suas vidas para defender a nossa soberania e integridade territorial;

Não podemos deixar de lembrar os **inúmeros cidadãos civis** barbaramente assassinados pelos terroristas em Cabo Delgado e pelos homens armados da Junta Militar da Renamo.

6. A todas as famílias moçambicanas que perderam os seus entes queridos, endereçamos, uma vez mais, as nossas sentidas condolências.

Moçambicanas e Moçambicanos!

7. Ao apresentar esta Informação Anual sobre a Situação Geral da Nação, em respeito ao postulado na Constituição da República de Moçambique, fazemo-lo com a renovada convicção de que a nossa governação se orienta pela melhoria da qualidade de vida das famílias moçambicanas e pela criação de um ambiente de paz e tranquilidade e de desenvolvimento nacional.

I. AMBIENTE EM QUE O PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2020 FOI IMPLEMENTADO

Compatriotas!

8. Desde o dia 15 de Janeiro passado, iniciámos mais um ciclo governativo, fruto da vontade dos moçambicanos expressa nas urnas em Outubro de 2019. Essa vontade da maioria conferiu-nos a segunda oportunidade de dirigir os destinos desta Pátria Amada, com o objectivo único de **Desenvolver Moçambique e Criar o Bem-estar do Povo**.

9. O novo ciclo governativo iniciou com a implementação do Plano dos Primeiros 100 Dias de Governação, que tivemos a oportunidade de partilhar, tendo, *a posteriori*, esta Magna Casa aprovado o Plano Económico e Social 2020 e o respectivo Orçamento, onde constam as nossas principais linhas de intervenção.

10. As contingências de um 2020 totalmente atípico, levaram-nos a submeter um orçamento rectificativo, que foi oportunamente aprovado por esta digna Assembleia.

DESCENTRALIZAÇÃO

11. Para cumprir este objectivo adoptámos o novo paradigma de governação provincial descentralizada, ao abrigo da revisão pontual da Constituição da República, efectuada em 2018.

12. O actual figurino de governação tem este propósito básico: levar os serviços para mais próximo do público e tornar esses serviços mais acessíveis a todos os moçambicanos. Este novo exercício democrático é um processo inacabado e contínuo. Este é um processo de aprendizagem e merece acompanhamento construtivo de todos.

DESARMAMENTO, DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO

13. No que respeita ao Processo de DDR - Desarmamento, Desmobilização e Reintegração - é importante enaltecer a colaboração existente entre o Governo, a Renamo e Parceiros internacionais, através do enviado especial do Secretário-Geral das Nações Unidas.

14. Até ao dia 11 de Dezembro, foram encerradas seis antigas bases da Renamo, designadamente: Savane, Muxungué, Inhaminga, Chemba, Maringué e Mabote. O encerramento total da base de Vanduzi terá lugar durante a segunda fase do DDR, em 2021.

15. Neste momento, foram desmobilizados, no total mil, quatrocentos e noventa guerrilheiros da Renamo, representando 29% do total que é de 5221. Aguardam o processo 3731 guerrilheiros. O grupo integra um total de 257 mulheres.

16. Ainda neste processo, foram entregues 192 armas diversas, incluindo algumas granadas; 4139 munições de diversos calibres, entre outro material.

17. O processo continua sem sobressaltos, estando em alguns casos a receber elementos que conscientemente abandonam a Junta Militar da Renamo.

Situação do Terrorismo

18. Desde o mês de Outubro de 2017, que uma parte da província de Cabo-Delgado têm sido sujeita a ataques de terroristas. Esses assassinos, inimigos da Paz, destroem infra-estruturas económicas e sociais, raptam crianças, mulheres e homens, forçando a deslocação de mais de **571 mil** pessoas para outros distritos da província e para as demais províncias do país.
19. As manifestações radicais de grupos que se intitulavam islâmicos iniciaram em 2012, nos distritos de Mocimboa da Praia, Palma, Quissanga e Nangade, promovidas por um cidadão de nacionalidade tanzaniana identificado por **Abdul Shakulu**.
20. Nessa altura, este cidadão incitava à desobediência à Constituição da República, proibição da frequência das crianças nas escolas públicas e obrigatoriedade da frequência às madrassas.
21. Enquanto recrutavam jovens e crianças, estes terroristas promoviam entradas nas mesquitas com sapatos, calções e objectos contundentes. Todas estas práticas são profundamente contrárias ao islão.
22. O modo de operar destes terroristas caracteriza-se por incendiar aldeias, assassinar, decapitar e esquarterar as populações. Ao mesmo tempo, praticam pilhagem de produtos agrícolas para o seu autoabastecimento.
23. Dos terroristas capturados ou mortos em combate distinguem-se cidadãos de origem tanzaniana, congolezes, somalis, ugandeses, quenianos e maioritariamente recrutados moçambicanos, para além de indivíduos de outras partes do mundo.
24. Tem estado a recrutar jovens das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, com realce para os provenientes do litoral e também jovens da província de Niassa.
25. As suas lideranças são maioritariamente estrangeiras, como é o caso dos tanzanianos Sheik Hibraimo (que foi morto), o Sheik Hassan Mzuzuri, o Sheik Abdul Azize. Para além destes líderes conta-se ainda com os Sheikes Haji Hulatulule e Faraj Nankalava, que foram mortos em combate.
26. Actualmente, as fontes de financiamento conhecidas são a pilhagem de produtos das populações, transferências monetárias de colaboradores via electrónica, rendimentos provenientes de crime organizado.
27. Com vista a fazer frente a esta agressão contra Moçambique, mais uma vez, apelamos à unidade de todos os moçambicanos em todo o território nacional. O Governo assume o compromisso de intensificar a formação, reequipamento e modernização das Forças de Defesa e Segurança, em todas as especialidades. Ao mesmo tempo, estamos a intensificar a cooperação internacional para o combate ao terrorismo, visando sempre a preservação dos interesses nacionais.
28. Nós, os moçambicanos, precisamos de desenvolver internamente as nossas habilidades. Seremos nós que estaremos na primeira linha da defesa da nossa pátria. O Governo tudo fará para que este processo aconteça, contrariando o propósito das cruéis intenções do inimigo da nossa pátria.

Caros Compatriotas!

29. Num outro contexto geográfico, continuamos a registar ataques armados localizados nas províncias de Manica e Sofala, protagonizados pela Junta Militar da Renamo. Além de matar inocentes, estas agressões têm impacto negativo no desenvolvimento socio-económico, em particular do Corredor da Beira e na Estrada Nacional Número Um.
30. Depois de muito termos apelado ao diálogo e mesmo depois de termos dado instruções para suspender as acções militares de perseguição, este grupo continua a atacar pessoas, viaturas e infraestruturas. Não nos resta agora outra opção senão desencadear operações rigorosas contra o inimigo. E é o que está a acontecer neste momento.
31. Contudo, reafirmamos que continuamos abertos aos contactos visando o estabelecimento da paz, desde que não signifiquem chantagem contra um povo que celebrou um acordo de paz.
32. Queremos deixar uma palavra de solidariedade às famílias deslocadas nos teatro operacional norte e teatro operacional centro. E queremos assegurar que, enquanto facilitamos e encorajamos a produção para o auto-sustento, tudo continuaremos a fazer para a mobilização de apoios para a sua assistência humanitária.
33. Estes indivíduos que querem espalhar o terror devem ficar claros: será o povo que vai vencer. Os moçambicanos vão restituir a tranquilidade e a normalidade no seu solo pátrio.

Saudação as Forças de Defesa e Segurança

34. Nesta oportunidade, queremos saudar e reconhecer a entrega de jovens nas fileiras das Forças de Defesa e Segurança, em particular aos que se encontram empenhados nos teatros operacionais norte e centro do país.
Estes jovens merecem de todos nós o nosso maior carinho. Eles não defendem apenas as regiões assaltadas pelo terror. Estes soldados defendem-nos a todos nós, moçambicanos. Defendem a nossa pátria, a nossa história. Defendem a casa onde mora o nosso futuro comum.
35. Perante os Moçambicanos e a Comunidade Internacional, reafirmamos que a nossa soberania não será nunca negociada ou hipotecada. Continuaremos assim a investir na capacitação combativa das Forças de Defesa e Segurança para que protejam o Povo Moçambicano em qualquer lugar do nosso país. Do mesmo modo, nós queremos proteger esses que se batem na linha da frente.

COVID-19

36. A eclosão da pandemia da COVID-19 no nosso país obrigou o Governo a tomar medidas preventivas excepcionais para conter a sua propagação, preservando vidas humanas e protegendo a nossa sociedade e a nossa economia.
37. Em resposta a este flagelo, criamos a Comissão Técnico-científica, aprovamos o Plano Nacional de Prevenção e Resposta e declaramos o Estado de Emergência, prorrogado por 3 vezes consecutivas.
38. A aprovação da Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres por esta Magna Casa, permitiu-nos declarar a Situação de Calamidade Pública que vivenciamos até hoje.
39. Até ontem, 15 de Dezembro de 2020, procedemos à testagem de mais de **245 mil e quinhentas** pessoas, registando um cumulativo de **17 mil 042** casos positivos diagnosticados, **144** óbitos, e **15 mil e 117** indivíduos totalmente recuperados da COVID-19.
40. Queremos aproveitar esta ocasião para saudar os profissionais de saúde, os verdadeiros *heróis na luta contra a Covid-19*, que se têm esmerado de forma incansável e abnegada nesta batalha.
41. Reiteramos que juntos continuaremos a lutar para que um dia Moçambique esteja livre desta pandemia, para que possamos trabalhar e produzir livremente, numa nova normalidade.
42. Entendemos que devemos usar de toda a transparência sobre a utilização dos fundos disponibilizados pelos parceiros face aos impactos da Covid-19. Deste modo, de um valor de 700 milhões de dólares norte americanos, previsto ser entregue ao Governo de Moçambique até ao mês de Novembro, foram canalizados 379.255.243.57 dólares.
43. Este valor foi distribuído para a prevenção e tratamento, perdas, transferências às famílias e micronegócio. Estes valores foram já divulgados no Mapa do Ministério da Economia e Finanças.

NO ÂMBITO DOS DESASTRES NATURAIS

44. Para além da COVID-19, registou-se um pouco por todo o país condições atmosféricas adversas caracterizadas por secas, chuvas, ventos fortes, descargas atmosféricas e inundações localizadas afectando um total de mais de **195 mil**, o correspondente a cerca de **49 mil** famílias.
45. Na **saúde**, houve um registo de destruição de **8** unidades sanitárias e mais de **18 mil** casas, das quais cerca de **12 mil** parcialmente destruídas e **6 mil** casas totalmente destruídas.
46. No **sector da educação**, foram afectadas **mil e 525** salas de aulas.
47. No **sector de estradas**, há a destacar a destruição da ponte sobre o Rio Montepuez no troço Silva Macuá – Macomia e a ponte sobre o Rio Messalo no troço Macomia-Meanguela.
48. Estes desafios associam-se também aos impactos causados pelos ciclones IDAI e KENNETH registados em 2019 que continuaram a merecer a intervenção do Governo para a reposição dos estragos causados.
49. Nestes termos foram concluídas em 2020, as obras de estradas iniciadas no ano anterior. Foram assim restabelecidos todos os troços interrompidos durante os Ciclones no Centro e Norte do País, em particular em Cabo Delgado, no valor global no biénio 2019/2020 de cerca de **2 mil e 500** milhões de meticais, equivalente a 35 milhões de dólares americanos, e numa extensão de cerca de 4 mil quilómetros.
50. No **Sector de Energia**, foram repostas as linhas de energia afectadas numa extensão de **mil** quilómetros, nas províncias de Cabo Delgado, Manica e Sofala, com um valor de investimento de cerca de 720 milhões de meticais.

51. No **Sector de Águas**, foi concluído o restabelecimento do sistema de abastecimento de água à Cidade da Beira, interrompido após o ciclone IDAI, numa extensão de **22,6** quilómetros e num investimento global de cerca de **50 milhões de meticais**.
52. No **domínio da Habitação**, foi concluída a intervenção em **206** casas, sendo **102** construídas e **104** reabilitadas em 2020. Para o ano 2021 está prevista a construção de **1621** casas nos Bairros de Reassentamento e a reabilitação de 200 casas nas Cidades e Vilas.
53. No **sector da Agricultura** o número de famílias que receberam sementes foi de cerca de 180 mil. Isto quer dizer que cerca de mais de **41%** do total das famílias afectadas foram abrangidas por esta oportunidade.
54. No que se refere à **Segurança Alimentar**, após a assistência a **duas mil** famílias, iniciada no ano anterior, foram distribuídas gratuitamente sementes de milho e hortícolas diversas a **11 mil** agregados familiares.
55. No **Sector da Educação** foram este ano reabilitadas e construídas um total de **670** salas de aulas, maioritariamente nas províncias de Sofala e Manica.
56. No que se refere à área da Acção Social, nas províncias de Sofala e Manica cerca de **67 mil** beneficiários foram pagos, sendo que destes, cerca de **50 mil**, em Sofala.
57. Em relação às famílias afectadas pelo ciclone Kenneth dos **7 mil 500** agregados inscritos, em Cabo Delgado, foram localizados e assistidos **mil 583** agregados em Pemba, Metuge e Montepuez e estão em processo de identificação cerca de **6 mil** agregados.
58. Os grandes desafios no Programa de Reconstrução, situam-se nos sectores de **Habitação e Recuperação do Tecido Empresarial**, profundamente afectados pelos Ciclones e agravados pela pandemia da COVID-19.
59. Fazemos aqui um parêntesis para dar resposta a uma preocupação que sabemos pairar entre os moçambicanos. As pessoas perguntam-se: porque demora tanto a refazer os danos dos dois ciclones? A pergunta é legítima e deve ser respondida.
60. Primeiro, os recursos financeiros disponíveis são muito inferiores relativamente às necessidades. Em segundo lugar, para salvaguardar os procedimentos internacionais de transparência, é necessário um rigoroso processo de selecção com inquéritos e levantamento das situações reais.
61. Entre a recepção dos valores prometidos e a luz verde para arrancar as obras há um longo processo que não pode ser abreviado. Sucedeu assim em todos os desastres que mobilizaram a solidariedade internacional.
62. A perspectiva é de que, no primeiro semestre de 2021, vamos dar inicio a activação das linhas de crédito e das subvenções financeiras para as micro, pequenas e médias empresas, no valor global de **20 milhões de dólares americanos**.
63. Também ainda este ano, vai iniciar o inquérito a habitação, prevendo-se que as actividades de reparação das casas afectadas iniciem no primeiro trimestre do próximo ano.

Moçambicanas e Moçambicanos!

64. Perante um ano atípico de elevada complexidade, conforme acabamos de descrever, os moçambicanos **sentir-se-iam retraídos se afirmássemos que o Estado da Nação é Bom**.
65. É justo e é verdade afirmar que o país não perdeu o seu FOCO, que é desenvolver Moçambique mesmo de baixo das adversidades. Por isso, convidamos a todos os compatriotas para viajar connosco neste balanço de modo a juntos tirarmos as conclusões sobre o que foi Moçambique em 2020.
66. Como poderemos ver, apesar das adversidades que o país dos moçambicanos vive, muita coisa foi realizada em 2020, no âmbito da reconstrução pós-ciclones Idai e Kenneth e outros desastres.

II. BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2020

Senhores Deputados!

67. Como a bússola do nosso desenvolvimento foi o Plano Económico e Social, derivado do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, tentarei obedecer a este padrão de exigência.

Unidade Nacional, Reforço da Democracia e Defesa da Pátria e Soberania

68. A Unidade Nacional, o Reforço da Democracia, a Defesa da Pátria e Soberania continuam a ser os alicerces para a manutenção e consolidação da Paz, reconciliação nacional, e desenvolvimento económico e social.

Preservação da Unidade Nacional

69. Neste sentido, continuamos a realizar acções concorrentes para a Unidade Nacional, incluindo a preservação da história e do património da Luta de Libertação Nacional, onde assinalámos e celebramos:

- Os 60 anos do Massacre de Mueda;
- Os 40 anos da criação do Metical;
- O centenário Natalício de Eduardo Chivambo Mondlane;
- Os 45 Anos da Independência Nacional.

70. Em reconhecimento dos feitos dos nossos compatriotas, condecoramos diversas personalidades que se destacaram em várias frentes, com destaque para cerca de 3 mil Veteranos da Luta de Libertação Nacional.

71. Bem-Hajam Compatriotas, que se distinguiram pela pátria amada!

Reforço da Democracia e Consolidação da Paz

72. Como tem sido habitual, mantivemos este ano encontros com os partidos políticos, congregações religiosas e várias personalidades, para o aprofundamento do diálogo político, económico e social entre os moçambicanos.

73. O nosso compromisso com o diálogo, a reconciliação nacional e o aprofundamento da democracia, decorre da convicção cimentada nas aspirações dos moçambicanos de que a Paz constitui condição indispensável para a construção do progresso e bem-estar que almejamos.

74. No dia 6 de Agosto, comemorámos um ano, desde que assinamos, em Maputo, o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.

75. Felicito o meu irmão Ossufo Momade por ter assumido o estatuto especial atribuído ao Líder do Segundo Partido com Assento Parlamentar, por ter tomado posse como membro do Conselho de Estado. Saúdo o Partido Renamo por continuar empenhado no processo de Paz e assegurar que, desta vez, a Paz se torne uma realidade em Moçambique.

76. Prova desta aposta conjunta é a continuidade do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos elementos armados residuais da Renamo, como anteriormente nos referimos.

77. Saúdo, igualmente o MDM, através do seu Presidente, pela demonstração de sentido de Estado e de pertença à Pátria, em diferentes ocasiões soberanas, assim como por aceitar o meu convite para fazer parte do Conselho de Estado

78. Reiteramos os nossos apelos aos membros da chamada Junta Militar, para se juntarem ao DDR, privilegiando o diálogo para a solução de quaisquer diferendos.

Promoção de Boa Governação

Digníssimos Deputados!

79. Durante o ano de 2020, prosseguimos a nossa missão de promover a boa governação e a descentralização, garantindo a transparência, a eficácia e eficiência na prestação de serviços públicos para além de promover o acesso à justiça, ordem e tranquilidade públicas.

Compatriotas!

80. Visando melhorar o desempenho do sector da comunicação social e regular o seu funcionamento o Governo, depois de auscultar todos os intervenientes, aprovou a Proposta de Lei da Comunicação

Social. Este instrumento é de vital importância para regular o sector e foi já submetido a esta Magna Casa.

81. A proposta de Lei da Comunicação Social introduz inovações profundas que atendem não só os órgãos de comunicação tradicionais, mas também os difundidos através da Internet. Iniciou a reflexão, entre outras medidas, sobre a possibilidade de introdução da Carteira Profissional o que poderá facilitar a sua maior acreditação a nível internacional.
82. De igual modo, o nosso Governo aprovou e submeteu a esta Assembleia da República a Proposta de Lei da Radiodifusão que, a ser aprovada, permitirá a introdução do licenciamento dos provedores de serviços.
83. Visando permitir um maior acesso à informação, foi introduzida em canais televisivos nacionais, a transmissão de sumários de notícias nas línguas nacionais, alargando a tradição da Rádio Moçambique que já vem usando as línguas nacionais nas suas delegações provinciais.

Melhoria na Prestação de Serviços Públicos

84. Visando a **melhoria da prestação de serviços públicos**, expandimos o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado para **17** instituições da Administração Pública de nível central e local, abrangendo mais de **8 mil** Funcionários e Agentes do Estado.
85. Realizámos mais **44 mil** promoções, **55 mil** progressões e **36 mil** mudanças de carreira, abrangendo em todo o País cerca de cerca de **137 mil** Funcionários, de um total de **135 mil e 500** actos administrativos programados.
86. Realizámos um total de mais de **322 mil** Provas de Vida aos funcionários e Agentes do Estado permitindo a correcção de anomalias através do controle ao pagamento de salário dos Funcionários e Agentes de Estado e eliminação das falsificações de carreiras profissionais.

Reforço a Integridade da Administração Pública e Combate à Corrupção

87. No que respeita ao **reforço da integridade da administração pública e combate a corrupção**, esta Magna Casa, sob proposta do Governo, aprovou por consenso a Lei de Recuperação de Activos que estabelece o regime especial de identificação, rastreio, apreensão, confisco, congelamento, recuperação e repatriamento de activos relacionados com actividades ilícitas pelo Estado.
88. Registamos mais de **8 mil** denúncias de casos de corrupção e já foram autuados **955** processos.
89. Em particular, no âmbito da **Administração Pública**, foram instaurados um total de **1 390** processos disciplinares que culminaram com **201** expulsões, **91** demissões, **99** despromoções, **194** multas, **195** repressões públicas e **102** absolvições, estando os restantes a correr os seus regulares termos.
90. Criámos **452** Núcleos de Prevenção e Combate à Corrupção nas Escolas e Institutos de Formação sensibilizando os estudantes sobre a prevenção e combate a corrupção e garantido a ética e a moral nas futuras gerações.

Acesso à Justiça

91. No **domínio do acesso à justiça**, inauguramos os edifícios construídos de raiz dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Inharrime (Inhambane), Chifunde (Tete), Massingir (Gaza) e Metarica (Niassa), o edifício do Tribunal Judicial da Província de Sofala, na Cidade da Beira e o edifício sede do Cofre dos Tribunais.
92. A construção e reabilitação dos edifícios aproximou os serviços de justiça aos cidadãos, e concorreu para a melhoria das condições de atendimento e acomodação dos utentes dos Tribunais contribuindo para a celeridade processual.
93. Como se pode deparar, o meu compromisso com o combate à corrupção, inclui também a componente de investimentos no sector da justiça. Pretendemos não apenas reforçar a capacidade de infraestruturas, mas através delas ter maior capacidade para combater os crimes de corrupção.

Respeitados Deputados!

94. A corrupção é um problema que se resolve com o fortalecimento das instituições, incluindo o aperfeiçoamento da legislação. Os valores de integridade devem ser ensinados a partir de cada família.
95. O Filósofo grego Pitágoras escreveu: **“Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos”**. Na verdade, o combate à corrupção é também um desafio educacional que exige a participação de todos. Na guerra contra à corrupção todos somos soldados em nossas casas, nas nossas famílias, na nossa vida.
96. Criámos Postos de Registo Civil e instalamos o sistema (SIRCEV) em **6** Unidades Sanitárias das províncias de Maputo, Gaza e Nampula; inauguramos as Conservatórias de Vandúzi, na província de Manica, Conservatória de Chitima, na Província de Tete e 2ª conservatória de Registo Civil em Maputo. Estas instituições encontram-se em pleno funcionamento, aproximando deste modo do cidadão os serviços de Registos e Notariado.
97. Garantimos a cidadania através do registo de **215 mil e 408** pessoas das quais **204** mil e **34** resultam do registo de rotina e **11 mil 374** de campanhas de Registo.
98. Expandimos o Sistema de Registo Predial para as províncias de Maputo Cidade (Conservatória de Registo Predial de Maputo e Katembe), Maputo Província (Conservatória de Registo Predial da Matola), Sofala (Conservatória de Registo Predial da Beira) e Nampula (Conservatória de Registo Predial de Nampula).
99. Expandimos o Sistema de Registo Civil para **28** Conservatórias, tendo sido **6** em Tete, **14** na Zambézia e **8** em Inhambane.
100. No âmbito do estabelecimento de um regime jurídico do exercício da liberdade religiosa e de culto, realizámos auscultações da proposta de Lei da Liberdade Religiosa. Em breve, um documento legal será apreciado pelo Conselho de Ministros para depois ser submetido a esta Magna Casa.
101. Assistimos a um total de cerca de **110 mil e** cidadãos carenciados e submetemos às instâncias judiciais **cerca de dois mil** processos de reclusos que cumpriram com metade da pena, com requisitos para liberdade condicional e conversão da multa em pena alternativa, tendo sido concedido a liberdade a mais de **mil** reclusos.
102. Em cumprimento da Lei que concede a amnistia e perdão de penas no âmbito das medidas de prevenção da pandemia do COVID-19 no país, procedemos à soltura de cerca de **5 mil** reclusos sendo, mais de **3 mil** amnistiados e cerca de dois **mil** perdoados. A sociedade moçambicana continua a dar acompanhamento a estes cidadãos.
103. No âmbito da reabilitação dos cidadãos em reclusão, envolvemos **10 mil 377** reclusos em diversas actividades produtivas e remuneradas.
104. Nesta ordem, foram reintegrados socialmente **78** ex-reclusos junto às suas comunidades, onde exercem actividades em diversas áreas.
105. Indultámos **25** reclusos doentes graves e crónicos em situação grave que se encontravam a cumprir penas de prisão demonstrando o espírito de humanismo, e protecção da dignidade da pessoa humana.
106. Elaborámos o Guião de Procedimentos de Protecção à Criança, Combate ao Tráfico de Pessoas e Migração Ilegal por forma a melhor intervir em matérias relativas à migração ilegal.
107. Ainda durante esta semana, foram aprovadas pela Assembleia da República a Lei de Revisão do Código Penal e a Lei de Revisão do Código do Processo Penal, todas por consenso.

Ordem e Tranquilidade Públicas

108. No domínio da **ordem e tranquilidade públicas** empenhamo-nos em prover meios e a garantir a operatividade policial reforçando o controlo migratório, prevenção e combate a criminalidade e assistência humanitária.
109. No cômputo geral, até 31 de Outubro de 2020, o país registou mais de **14 mil** casos criminais contra mais de **15 mil** casos de igual período de 2019, havendo uma redução dos índices criminais em mais de **mil** casos.
110. Contudo, não podemos dar-mo-nos por satisfeitos, enquanto se registarem os raptos com intuito de extorsão, criando um clima de insegurança na classe empresarial.

Sobre os raptos

111. Até Novembro do corrente ano registaram-se **16** processos crime de rapto em todo o território nacional, sendo 6 na cidade de Maputo, **5** em Sofala, **3** em Manica e **2** na Província de Maputo. Do total de casos registados foram esclarecidos **3**, dos quais **2** na Província de Maputo e **1** na Província de Sofala, com um total de **4** arguidos. Voltaram ao convívio familiar **6** vítimas deste tipo de crime. A nossa capacidade de esclarecimento, devemos aceitar, deixa ainda a desejar. É preciso fazer mais, é preciso fazer melhor.
112. Em coordenação com outras instituições relevantes e a sociedade civil, a PRM tudo deverá fazer para a prevenção e combate enérgico a este tipo de criminalidade. Como Governo, não descartamos a possibilidade de criar uma unidade anti-raptos – Unidade Aprovada de Investigação de Moçambique (UAIM) - e outros crimes relacionados. Sabemos que estes são crimes complexos e extremamente organizados, envolvendo uma cadeia perigosa e sofisticada de praticantes. Teremos, pois, que aperfeiçoar a nossa capacidade de intervenção.

Promoção do Crescimento Económico, Produtividade e Geração de Emprego **Digníssimos Deputados!**

Crescimento e Dinâmica da Actividade Económica

113. Implementámos o Plano Económico e Social 2020 num contexto da COVID-19, com repercussões negativas na economia mundial e doméstica em resultado do atrofamento dos circuitos de logística, do movimento de pessoas, ataques terroristas e armados da Junta Militar da Renamo, todos estes factores implicaram a queda de preços de bens e serviços.
114. Na economia doméstica, o crescimento do Produto Interno Bruto situou-se em torno de 1,68%, no primeiro trimestre, seguida de uma quebra acentuada no segundo trimestre na ordem de (-3,25%), e o registo no terceiro de (-1,09%), mostrando uma tendência de recuperação das actividades económicas.
115. Na ligeira recuperação no terceiro trimestre, distinguem-se a maior contribuição dos ramos de agricultura, pecuária, caça, silvicultura, exploração florestal com **22,7%**, seguido pelos ramos dos transportes armazenagem e actividades auxiliares dos transportes, e informação e comunicações com **11,2%**, comércio e serviços de reparação com **7.0%**, seguido do ramo da administração pública e indústria da extracção mineira, com 7,8% e **6.5%**, respectivamente.
116. A inflação manteve-se a um dígito, numa tendência decrescente ao longo do ano, tendo passado de **3,5%** (inflação homóloga), em Janeiro de 2020, para um registo de **3,27%**, em Novembro de 2020.
117. A dívida pública do País, em 2019, era de **12,36 mil milhões** de Dólares Americanos, sendo **2,5 mil milhões** de dívida interna e **9,8 mil milhões** de dívida externa, donde **4,4 mil milhões** de dívida multilateral, maioritariamente financiada por instituições do Grupo Banco Mundial (BM), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), e **5.4 mil milhões** de empréstimos bilaterais de países parceiros.
118. A dívida externa tem sido aplicada para os projectos e programas de desenvolvimento, sendo de destacar os de energia, agricultura e infraestruturas económicas e sociais, nomeadamente estradas, pontes, escolas, hospitais, abastecimento de água e saneamento.
119. Continuamos a dedicar especial atenção aos níveis de sustentabilidade da dívida e para isso reforçamos os instrumentos e procedimentos de sua contratação, optando por créditos concessionais.
120. Como consequência, a dívida pública externa de 2018 a 2019 praticamente estagnou, tendo registado um crescimento de apenas **1%** na dívida multilateral.
121. A nível da dívida interna e no âmbito da transparência e consolidação fiscal, titularizamos a dívida aos fornecedores e recorreremos a emissão de Obrigações de Tesouro com dois objectivos: primeiro, financiar o investimento público, e, segundo, dinamizar o mercado de capitais doméstico.
122. No âmbito da Estratégia aprovada pelo Governo em Dezembro de 2018, para o Pagamento da Dívida do Estado a Fornecedores de Bens e Serviços e Empreitada de Obras Públicas, de um montante global devidamente validado pela Inspeção Geral das Finanças na ordem de 20.765,7 milhões de meticais correspondente a 5.459 fornecedores foram pagos até Outubro de 2020, cerca 16.598 milhões de meticais referentes 3.404 fornecedores, representando uma execução de 80% do valor total da dívida apurada pela Inspeção Geral das Finanças. Deste montante 3,118,298,120.56 MT, foram pagos em 2020.

123. No contexto da declaração de Emergência para todo o País, foi aprovada uma linha de crédito para as Micro, Pequenas e Médias Empresas no valor de 1,600 milhões de meticais, sendo: (i) 1.000,00 milhões de meticais financiados por fundos do Estado; (ii) 600,00 milhões de meticais financiados por fundos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Reforma Legal

124. Um exercício idêntico foi efectuado, no âmbito da reforma legislativa, onde foram aprovados alguns instrumentos legais para o apoio ao Sector Empresarial.

Agricultura e Pecuária

Moçambicanas e Moçambicanos;

Compatriotas!

125. A **agricultura**, constitui fonte de rendimento de cerca de **80%** da população. A nossa orientação preconiza a criação de emprego e geração de renda, integrando as famílias rurais e peri-urbanas no mercado, a par de um programa de infraestruturas económicas e sociais, para **alimentar Moçambique, rumo à fome zero**.
126. O nosso enfoque na produção foi a ampla mobilização de produtores e novos investimentos, tendo a campanha agrária 2019/2020 registado um crescimento de **3%**, face as projecções iniciais de **1,8%**. Estes números demonstram a relevância económica e social que a agricultura constitui para os moçambicanos.
127. Este crescimento positivo, que contrariou a tendência negativa da economia nacional foi suportado, pelo desempenho positivo dos seguintes grupos de culturas:
- Cereais:** com registo de um crescimento de **8%** impulsionado pela retoma pós IDAI e KENNETH nas culturas de milho e arroz, nas províncias de Sofala e Zambézia;
 - Leguminosas:** com crescimento de **5%**, impulsionado pela cultura de feijões;
 - Hortícolas:** com crescimento de **12%**;
 - Fruticultura:** com registo de **6%** de crescimento;
 - Pecuária:** com crescimento de **14%**, induzido pelo aumento da produção de frangos de **108 mil toneladas** para cerca de **122 mil toneladas**, e de ovos que passou de **15,7 milhões** de dúzias para **18,2 milhões** de dúzias.
128. Importa referir que o ano de 2020 fica marcado como o ano em que a produção nacional de frango supriu as necessidades domésticas, onde o Governo, em parceria com o sector produtivo nacional, limitou-se a constituir uma reserva estratégica de **2 mil toneladas** de frangos para suprir as eventuais rupturas que se verificam durante a quadra festiva.

Compatriotas!

129. Os dados estatísticos nacionais indicam que reside na agricultura familiar o maior desafio de inclusão económica e social. Este sector é ainda caracterizado por baixos níveis dos meios de produção, da tecnologia, do crédito, recursos financeiros e acesso ao mercado, o que gera baixo rendimento familiar.
130. Por conta desta realidade, cerca de **27%** população que reside no meio rural, encontra-se ainda com privação de acesso a alimentos de forma estável e segura. Esta condição gera insegurança alimentar, bolsas de fome e desnutrição.
131. Tendo em conta esta realidade, declaramos no início deste novo ciclo de governação, o objectivo nacional de “FOME ZERO” que está alinhado com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de erradicar a fome até o ano de 2030.
132. Depois de um programa piloto em 2017, implantado em **10 distritos** nas províncias de Nampula e Zambézia, lançamos neste ano, à escala nacional, o “SUSTENTA”, integrando as famílias rurais nas cadeias de valor produtivas, permitindo a inclusão económica de mais de **um milhão** de famílias para o presente quinquénio.
133. O “SUSTENTA”, ocorre por via de investimentos públicos que atacam como eixos fundamentais o (i) **aumento da produção e produtividade** com enfoque no pequeno agricultor; o (ii) **financiamento**, apresentando soluções financeiras; e o (iii) **mercado**, no contexto da ligação produtor-mercado.

134. Para a campanha agrária 2020/2021, o “SUSTENTA” já esta a beneficiar cerca de **200 mil** famílias, com acesso a insumos e meios de produção, em forma de crédito, e a mercados, por conta de contratos de produção. Por outro lado, está a capacitar, a assistir e a financiar cerca de **600** unidades de fomento em todo território nacional.
135. Dentro do princípio de integração da agricultura familiar em cadeias de valor, projectamos o surgimento de **18** unidades de agro-processamento, através da linha de crédito do “SUSTENTA”, sendo de destacar:
- **Na província do Niassa:** Construção da fábrica de processamento de feijões com a capacidade de **8 mil** toneladas por ano, no distrito de Lichinga;
 - Construção da fábrica de processamento de soja com capacidade de **260 mil** litros de óleo por ano e de **2,3 mil** toneladas por ano de bagaço de soja, no distrito de Cuamba;
 - **Na província de Cabo Delgado:** Construção da fábrica de produção de ração, com capacidade de **3,65 mil** toneladas por ano, no distrito de Ancuabe; e a fábrica de processamento de soja, com a capacidade de **30 mil** toneladas por ano, no distrito de Palma;
 - **Na província de Nampula:** Construção de uma indústria de farinhação, com a capacidade de **25 mil** toneladas por ano, no distrito de Malema;
 - **Na província da Zambézia:** Expansão de uma fábrica de descasque de arroz com uma capacidade de **9 mil** toneladas por ano, no distrito de Nicoadala; Construção de uma fábrica de processamento de sementes, em Mocuba; e Operacionalização da fábrica de descasque de arroz com capacidade de cerca de **30 mil** toneladas por ano, no distrito de Namacurra;
 - **Na província de Tete:** Construção de um matadouro de bovinos e caprinos, na cidade de Tete;
 - **Na Província de Manica:** Construção da fábrica de processamento de frutas com a capacidade para **6,3 mil** toneladas, no distrito de Chimoio;
 - **Na Província de Sofala:** Construção de uma fábrica de processamento de soja, no distrito de Búzi; um matadouro para frango com a capacidade de **1,5 mil** toneladas, no distrito de Dondo; e a reactivação da indústria de farinhação com a capacidade de **110 mil** toneladas por ano, na cidade da Beira;
 - **Na Província de Inhambane:** Construção de um matadouro com a capacidade de abate de 30 bovinos por dia e 10 caprinos por dia, no distrito de Massinga;
 - **Na Província de Gaza:** Operacionalização do Complexo Agro-Industrial de Chókwè, com a capacidade de descasque de **60 mil** toneladas de arroz; e
 - **Na Província de Maputo:** Construção de um matadouro de frango, no distrito da Namaacha e uma unidade de processamento de hortícolas, em Maputo.
136. A actividade de produção agrícola nacional é acompanhada pela intervenção do Estado, com particular ênfase na transferência de tecnologia e assistência aos produtores pela rede de Extensão Agrária que durante o ano de 2020 registou um aumento de **100 por cento**, passando de **2 mil** para mais de **4 mil** extensionistas.
137. Na ligação entre pequenos produtores e empresas âncoras expostas à variabilidade de preços no mercado internacional, criamos o fundo de estabilização de preços, cujo sector piloto foi o sector de algodão.
138. Este fundo, resultou no subsídio ao preço do algodão caroço em **6** meticais por quilo, estabelecendo o preço mínimo de primeira qualidade em **25** meticais, por quilo, e para segunda qualidade em **18** meticais, por quilo, e para a taxa de descaroçamento **7** meticais, por quilo, permitindo aumentar os níveis de produção em **70%** para a época actual.
139. Compatriotas, os impactos desta nossa intervenção são já uma realidade. Os agricultores e produtores do algodão estão a celebrar esta iniciativa como um acto de justiça social.
140. Melhoramos o nível de informação com o Inquérito de Base Agrária que credibiliza as estatísticas agrárias nacionais, o Cadastro Único do Produtor Agropecuário, e em linha com a reorientação para culturas de alto rendimento.
141. Reforçamos o Instituto de Amêndoas e Oleaginosas, massificando a produção da macadâmia, que emprega cerca de **mil e 500** trabalhadores permanentes, permitindo a atracção de investimento estrangeiro, que gerou, na Campanha 2019/2020, cerca de **5,5** milhões de dólares em receitas de exportações.

142. Aprimoramos a **gestão sustentável de terras** e maior segurança de sua posse, emitindo mais de **148 mil** títulos de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT's), distribuídos pelas províncias de Cabo Delgado e Zambézia.
143. A dinâmica que assistimos na agricultura está a gerar um efeito multiplicador na economia nacional, renascendo a esperança de tornar a agricultura na base de desenvolvimento nacional que todos ansiamos.

Pesca e Aquacultura

144. No domínio da **pesca e aquacultura**, empenhamo-nos em estabelecer instrumentos normativos e estruturantes que orientam e permitem o desenvolvimento da pesca e aquacultura nacionais sendo de destacar:
 - O **Regulamento da Pesca Marítima**;
 - O **Regulamento Higiéno-Sanitário dos Produtos da Pesca**;
 - O **Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira e das Praias**; e
 - A **Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura**.
145. Capacitamos **8 mil 122** piscicultores em matérias de boas práticas de produção de peixe em cativeiro e dietas melhoradas, **253** pescadores em técnicas e artes de pesca para o uso em mar aberto e águas interiores e **mil 243** processadores e comerciantes em tecnologias de pescado, oriundos das comunidades pesqueiras.
146. Construámos **496** tanques de terra e **313** gaiolas flutuantes em todas as províncias do país, tendo gerado **600** novos empregos directos.
147. Procedemos assistência técnica a **4 mil 801** piscicultores em diversos domínios com vista a garantir a produção e produtividade aquícola.
148. Desencadeamos a campanha nacional de licenciamento da pesca artesanal que culminou com o licenciamento de **28 mil** artes de pesca artesanal contribuindo desta forma na arrecadação da receita e formalização dos pescadores artesanais.
149. No âmbito dos Projecto de Pesca Artesanal e "*Projecto Mais Peixe Sustentável*", financiámos a aquisição de motores de barcos e projectos de pesca artesanal em todo o país, num investimento de **15** milhões de meticais.
150. Construámos o mercado de peixe de Namige, no Distrito de Mogincual, na província de Nampula, para o processamento, conservação e comercialização do pescado.
151. No período de veda ao pescado, apreendemos cerca de **126** toneladas de pescado diverso entre Camarão, Caranguejo de mangal e Peixe, avaliados em cerca de **30 mil** milhões de meticais.

Indústria e Comércio

152. No âmbito da **industrial**, privilegiamos acções visando a modernização da economia e o aumento das exportações.
153. A produção industrial atingiu o valor acumulado de **67.261,1 milhões de MT** contra os **70.613,1** milhões de MT de igual período de 2019, sustentado pelas divisões de maior peso, nomeadamente: bebidas, tabaco e metalurgia de base, bem como pela atractividade do investimento.
154. Entraram em funcionamento 143 unidades industriais com ênfase para as indústrias alimentar, de produtos metálicos, de minerais não metálicos indústria de vestuário, mobiliária, de bebida, de metalúrgica de base e produtos químicos, que resultou na criação de 2.164 mil novos postos de trabalho directo.
155. Destaca-se a entrada em funcionamento da nova Fábrica de processamento da castanha de cajú, no distrito de Namialo, Província de Nampula, com capacidade de 4.200 tons/ano, tendo criado 600 postos de emprego;
156. Relativamente à monitoria e implementação do Regulamento do Regime Aduaneiro para a Indústria Transformadora, com vista a promover a competitividade da indústria nacional, foram tramitados **63 processos de pedido de isenção de direitos aduaneiros**, para importação de matéria-prima diversa.
157. No concernente à valorização e promoção do consumo massivo dos produtos nacionais, foram autorizadas e certificadas 31 empresas no direito de uso do selo "*Made In Mozambique*". Destaca-se ainda no pilar da indústria:

158. Entrada em funcionamento da fábrica de processamento de açúcar orgânico, em Chemba (Sofala) e Chiure (Cabo Delgado), com capacidade de 1.000 tons/ano, tendo criado 200 postos de emprego;
159. Estabelecimento de quatro fábricas de processamento de arroz, com capacidade de processar 37.500 toneladas/ano, três na província da Zambézia e uma na província de Sofala criando cerca de 100 postos de emprego;
160. Reforço da capacidade de abate de frango (cinco Matadouros), nas Província de Nampula e Cabo Delgado, com capacidade de 1.800 aves/hora, envolvendo 264 produtores;
161. Reforço da capacidade de produção de ração (duas fábricas em Tete e Manica), com capacidade total de 17.000 toneladas/ano, beneficiando 13.309 produtores;
162. Assistimos e capacitamos cerca de **mil 550** empreendedores de micro, pequenas e médias empresas em matérias de Plano e Gestão de Negócios, Processos de *Procurement e Marketing* e financiamos mais de **200** projectos em diversas áreas gerando cerca de **490** postos de trabalho.
163. No que concerne a intervenção no processo de comercialização agrícola, foi registada a comercialização de **12.200.000 toneladas** de produtos diversos, corresponde a um crescimento de 15% e resultando numa receita aos produtores de cerca de 300 milhões de meticais;
164. Foi realizado o primeiro leilão de venda da amêndoa da castanha de caju no mercado nacional, que permitiu comercializar cerca de 250 toneladas e um encaixe dos produtores de 8.750 milhões de meticais e para o Estado de 237.5 mil meticais, o que corresponde a 2% da receita arrecadada.
165. Continuamos a garantir a exportação de produtos agrícolas estratégicos e determinantes na geração de divisas para o país, tendo alcançado a exportação de **10 mil** toneladas de açúcar para o mercado da SADC.
166. Emitimos **468** Certificados de Origem para a exportação de um total de **169 mil 400** toneladas, sendo **34 mil 478** toneladas de feijão *holoco* e **134 mil 922** toneladas de feijão *bóer*.
167. Lançamos o teste comercial da indicação geográfica “*Cabrito de Tete*”, tendo sido criada condições para a exportação deste caprino para o mercado europeu.
168. Continuamos empenhados na implementação do Fundo Rotativo para a Comercialização Agrícola, tendo financiado até ao presente ano **143** operadores no valor de cerca de **155 milhões** de meticais, dos quais **63%** na zona norte, **27%**, na zona centro, e **10%** na zona sul, beneficiando **90 mil** famílias e com um retorno em volta de **94%**.
169. Aprovamos a Estratégia de Constituição de Reserva Física Alimentar de **20 mil** toneladas, sendo, **16 mil** toneladas, de milho, e **4 mil** toneladas, de feijões, com objectivo de garantir a segurança alimentar e a absorção da produção pela indústria nacional.
170. Foi criado o primeiro centro regional integrado na história do país, na Província de Nampula, que contempla os serviços do Instituto para a Promoção de Micro, Pequenas e Médias Empresas (IPEME), do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) e do Instituto de Propriedade Industrial (IPI), para a assistência técnica do empresariado da região, com vista à aproximação do empresariado por forma a aumentar a competitividade.

Turismo

171. O **turismo** continua a ser um sector estratégico e uma área determinante na diversificação da economia e geração de emprego e renda para os moçambicanos.
172. Licenciámos e entraram em funcionamento **50** novos empreendimentos turísticos, com **818** novos quartos e **mil 590** novas camas, criando **647** postos de emprego, num investimento de pouco mais de **8 bilhões de meticais**.
173. Formamos a nível nacional **mil 671** trabalhadores em exercício em diferentes estabelecimentos de Hotelaria, Turismo e Similares, contribuindo na promoção dos trabalhadores por qualificação de competências e melhoria da qualidade na oferta de produtos e serviços turísticos e culturais nos destinos turísticos.
174. No âmbito do fortalecimento das parceiras-público-privadas lançamos o projecto “Moçambique às 4 Rodas”, na perspectiva de incremento e desenvolvimento do turismo doméstico.

175. Continuamos a promover Moçambique como destino privilegiado para o turismo tendo participado em feiras de maior representatividade a nível internacional na Espanha através da Feira Internacional do Turismo, na África do Sul, através da *Meetings Africa*, na Exposição internacional denominada Spotlight envolvendo Moçambique, África do Sul e Maurícias, realizada em Maputo, bem como em plataformas digitais e virtuais como “Africa Travel Show”, “ABAV Collab”, do Brasil, e Sanganay, do Zimbabué.
176. Ainda neste domínio de promoção da imagem turística do país, fomos classificados no World Travel Awards Africa 2020, como líderes de destino turístico por excelência nas categorias de Africa's Leading Beach Resort e Africa's Most Romantic Resort.
177. Aprovámos e introduzimos o Selo de Qualidade “Limpo e Seguro”, que é um mecanismo de certificação para entidades e serviços que operam nas áreas de cultura e turismo, bem como das que indirectamente nela intervêm.

Energia, Recursos Minerais e Hidrocarbonetos

178. No meu discurso inaugural prometi continuar a trabalhar para promover mais investimento público e privado que assegure o incremento e reforço das infraestruturas eléctricas a nível nacional, incluindo a implantação dos primeiros 750 quilómetros da nova espinha dorsal de alta tensão ligando o norte ao sul do país.
179. Em resultado das acções realizadas ao longo deste ano, **registamos**:
- A conclusão da linha de transmissão a 110 kV, ligando Cuamba a Marrupa, na Província de Niassa, que contempla uma vasta extensão da rede de distribuição ao longo do corredor, e a interconexão com os Distritos de Balama e Namuno, em Cabo Delgado, e a ligação de 25 mil famílias;
 - O início da construção da linha de transmissão a 110 kV, ligando Chibabava a Vilanculo, com uma componente de expansão e reforço da rede de distribuição;
 - O início dos trabalhos da implantação do primeiro troço de 367 Km, entre Chimuara e Alto Molocué, da espinha dorsal do sistema de transporte que vai permitir escoar grandes volumes de energia entre o norte e o sul do país;
 - O lançamento do concurso do projecto da linha de interligação Moçambique - Malawi, ligará Matambo, na Província de Tete ao Malawi, concretizando desde modo a estratégia de integração regional, que visa consolidar a posição de Moçambique como Polo energético regional.
180. No **quadro da promoção de novas infraestruturas de geração** testemunhamos com satisfação:
- O início da construção da Central Solar de Metoro, com uma capacidade de injeção de **30 MW** que se apresenta também como um marco por constituir-se na primeira central de produção em escala a ser implantada na Província de Cabo Delgado;
 - A assinatura dos acordos que asseguram a implementação de três outras centrais de produção com recurso a fontes renováveis, sendo duas em Cuamba, no Niassa e uma em Mecúfi, em Cabo Delgado;
 - O lançamento do programa de leilões de renováveis, uma iniciativa inédita em Moçambique que visa promover a construção de três centrais solares com uma capacidade individual de **30 MW** em Dondo (Sofala), Lichinga (Niassa) e Manje (Tete) e uma central eólica de **40 MW** em Inhambane; e,
181. No âmbito da electrificação dos postos administrativos, concluímos as obras de electrificação das Sedes dos Postos Administrativos de Majaua, Alto Ligonha, Mulela (Zambézia), Etatara, Meponda e Macaloge (Niassa); Chicomo, na província de Inhambane; Nguzene (Gaza) e Calanga (Maputo Província), as primeiras 9 de um universo de 135 a serem cobertas;
182. Iniciamos obras para a electrificação de 21 sede de Postos Administrativos, nomeadamente Panjane Messano, Ntlavene, Mazucane, Alto Changane e Changanini (Gaza), Zimani (Inhambane), Mucumbura Zobué, Chare e Nhamadzi (Tete), Macuze, Nauela e Namanjavira (Zambézia), Covo, Cunle e Namaponda (Nampula), Ngapa e Ncumpe (Cabo Delgado) e Itepela e Machedje (Niassa).
183. Retiramos a barreira do poder das famílias ao acesso à energia eléctrica, eliminando a taxa de ligação de **3 mil 501 Meticais** exigida às famílias que pretendem dispor de energia eléctrica pela primeira vez, cumprindo com a promessa feita aquando da minha tomada de posse.

Compatriotas!

184. O povo celebra a remoção da taxa e liberalização do sector de produção energética, expandindo o acesso a energia para todos. Podemos dizer agora que estão criadas as condições para a realização do sonho de electrificar Moçambique.
185. Com os investimentos realizados, efectivamos mais de **290 mil** novas ligações, em áreas urbanas peri-urbanas e rurais, permitindo que cerca de **um milhão e 450 mil** pessoas tivessem acesso a energia pela primeira vez, o que irá assegurar o alcance de **34%** da população, um passo visando o alcance do acesso universal em 2030.
186. **Na área dos hidrocarbonetos**, comprometemo-nos a prosseguir com acções, visando viabilizar neste quinquénio, a exploração sustentável das reservas de gás natural que abrem novos caminhos para o desenvolvimento do nosso País, tendo registado:
- Uma evolução satisfatória da construção da plataforma flutuante de produção de gás natural liquefeito, com um nível de execução próximo de 77%, que garante que o nosso País passe a ser um importante actor no mercado de petróleo e gás a partir de 2022;
 - Progressos na execução dos trabalhos de construção das primeiras duas unidades de liquefação de gás natural, que lançámos em Afungi, em Agosto do ano passado;
 - A par das actividades de construção, decorrem trabalhos de engenharia e de colocação das encomendas dos equipamentos críticos que serão instalados no empreendimento. As actividades irão intensificar a partir do próximo ano e esperamos que o projecto esteja operacional em meados de 2024, conforme programado;
 - A nossa aposta incide igualmente na implementação da primeira unidade industrial de produção de GPL (gás de cozinha), com uma capacidade de **30 mil toneladas** por ano, a ser implantada em Inhambane. Foi neste quadro que o governo aprovou a revisão do plano de desenvolvimento apresentado por uma empresa multinacional que vai assegurar o início das obras no próximo ano;
 - Testemunhamos a entrada em funcionamento do **Terminal Logístico Petrolífero da Matola**, uma infraestrutura que vem reforçar a segurança de fornecimento e contribuir para o aumento da competitividade de Moçambique como corredor logístico de abastecimento de produtos petrolíferos para a região da SADC;
 - Intensificamos as acções inspectivas e de fiscalização no sector de recursos minerais e energia e esperamos que esta entidade continue a trabalhar em prol dos recursos naturais.

Transportes e Comunicações

187. Nos **transportes e comunicações** concentramos as nossas acções na melhoria e aumento da capacidade de transportes público de passageiros, de carga, transporte marítimo e aéreo, bem como a expansão dos serviços de telecomunicações.
188. **No domínio do transporte público rodoviário**, foram adquiridos 611 novos autocarros para todas as províncias, com maior quantidade nas cidades e províncias de Maputo, o que vai permitir o transporte de mais de 160 milhões de passageiros.
189. Em resposta ao aumento dos autocarros adquiridos e para melhorar a segurança rodoviária, foi aprovada a política e Estratégia de Segurança rodoviária, que vai intensificar a educação, fiscalização rodoviária e segurança na via pública.
190. Na área do **transporte ferroviário**, adquirimos novas máquinas modernas, das quais **duas** Reguladoras e igual número de Atacadeiras, para a manutenção das Linhas Férreas dos sistemas Centro e Sul do país, aumentando a eficácia e eficiência na capacidade de carga e velocidade dos comboios de mercadorias e passageiros.
191. Está em curso a reabilitação da linha de Machipanda (fase I), onde mais de 60 Km já foram concluídos. Igualmente, foram iniciadas as Fases I e II de reabilitação do Porto de Nacala e as obras estão em curso, não obstante os constrangimentos no âmbito da Covid-19.
192. No **domínio das comunicações**, concluímos a instalação de televisão satélite para **1000 Aldeias** em todo o país, aumentando o acesso e diversificação de conteúdos, beneficiando mais de 320 mil famílias, sendo mais de 20 mil famílias com acesso directo à televisão e mais de 300 mil famílias com acesso à televisão através de locais públicos.

193. Concluímos a implementação da conectividade rural em **10** Sedes distritais nomeadamente Manhiça, Macia, Chókwè, Massinga, Dondo, Namacurra, Nicoadala, Ribáuè, Monapo e Mandimba, providenciando *Internet* de banda larga a **3 milhões** de utilizadores.
194. No quadro da Migração do Sistema de Radiodifusão Analógico para Digital, instalamos **60** sites, decoramos **10** estúdios centrais, estando operacionais os equipamentos nos estúdios da Matola, Beira, Chimoio, Tete, Quelimane, Nampula e Pemba.
195. Expandimos os serviços de Quarta Geração de telecomunicações (4G), cobrindo **10** Capitais Distritais sendo: Montepuez, Palma, Cuamba, Nacala, Ilha de Moçambique, Moatize, Mocuba, Dondo, Manica e Maxixe.
196. No **domínio do transporte marítimo**, relançamos a Cabotagem Marítima, possibilitando a interligação dos portos nacionais, através de 2 navios com capacidade de **260** contentores e **450** toneladas de carga, respectivamente.
197. A cabotagem que opera nos portos secundários, a produção agrícola, têm estado a permitir o incremento das trocas comerciais, diminui as assimetrias regionais, garantindo que os produtos cheguem aos consumidores finais a preços acessíveis.

Estradas e Pontes

198. Neste domínio de estradas e pontes, na **Província do Niassa**, concluímos as obras da asfaltagem das estradas **Muíta-Lichinga** e, paralelamente, estão em curso as obras da asfaltagem da estrada **Cuamba – Muíta**, no âmbito do desenvolvimento do corredor de Nacala. Por isso, compatriotas do Niassa, brevemente, faremos definitivamente a ligação entre Cuamba e Lichinga e voltaremos a prestar contas e esta Casa.
199. Esta estrada localizada paralelamente ao longo do Corredor de Nacala, nas zonas de produção, de consumo, como as cidades de Lichinga, Nampula, Cuamba, asseguram, igualmente, a ligação com a República de Malawi.
200. Na **Província de Cabo Delgado**, prosseguimos com as obras de asfaltagem das estradas Montepuez-Ruaça, Xitachi-Mueda e Roma-Negomano, com impacto na integração regional, a partir da ligação com a República da Tanzânia e o acesso aos mercados regionais e internos, impulsionando o comércio transfronteiriço.
201. Ainda em Cabo Delgado, estão em curso as obras de construção da ponte metálica sobre o rio Montepuez, depois que a anterior ponte foi danificada pelas intensas chuvas que caíram na região em Dezembro de 2019. Dentro deste mês de Dezembro, não obstante as adversidades, devolveremos a ponte às populações de Cabo Delgado e assim ao país.
202. Na **Província de Nampula** retomamos as obras de asfaltagem da estrada Malema-Cuamba e inauguramos a tão esperada **estrada asfaltada Nampula – Nametil**, que estimula o desenvolvimento das cadeias de valor agrícola, ligando famílias rurais aos principais mercados nos distritos de Nampula, Meconta, Mogovolas, Moma e Angoche. Em Meconta, ligamos a sede distrital com a Estrada Nacional Nampula-Nacala.
203. O financiamento para a asfaltagem da estrada Nametil-Angoche já está garantido, estando, neste momento, a decorrer o estudo de viabilidade para o lançamento do concurso.
204. Igualmente, estão em curso as obras da asfaltagem da estrada Naguema-Chocas Mar que vão impulsionar o desenvolvimento do turismo na região e reduzir os tempos de viagem e dos preços dos produtos.
205. Na **Província de Tete**, em resposta aos danos causados pelo ciclone IDAI, em 2019, reparámos a ponte sobre o rio Revúbuè, que liga a Cidade de Tete e Moatize.
206. Na **Província de Sofala**, continuamos com as obras de asfaltagem da estrada Tica-Búzi-Nova Sofala, que incluem a construção de uma ponte sobre o rio Búzi.
207. Na **Província de Inhambane**, concluímos as obras de asfaltagem da estrada Homoíne-Panda.
208. Com esta estrada, estamos a caminhar firmemente para a conclusão de uma estrada alternativa à Estrada Nacional Número Um, a partir do Posto Administrativo de Chissano, passando por Chibuto, Manjacaze, Homoíne até Maxixe.
209. Retomamos as obras de asfaltagem da estrada Caniçado-Combumune-Mapai e estamos a reabilitar a ponte sobre o rio Limpopo, em Xai-Xai, de forma a incrementar a capacidade de carga e segurança da infra-estrutura.

210. Na **Província de Maputo**, no âmbito do desenvolvimento do corredor, ligando Moçambique e África do Sul, concluímos as obras de reabilitação e ampliação da estrada N4, por forma a impulsionar o transporte, escoamento, importação e exportação de mercadorias dos dois Países, através do Porto de Maputo.
211. Ciente do estado da Estrada Nacional Número Um, espinha dorsal e cartão-de-visita do nosso país, estamos a levar a cabo trabalhos de reparação e melhoramentos localizados em troços considerados críticos.

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Digníssimos Representantes do Povo!**

212. Gostaria de pedir alguma paciência por parte dos compatriotas pelo tempo que estou a tomar, pois apesar das vicissitudes adversas o que foi feito é muito e devo falar ao país, sem deixar de lado aquilo que de importante foi realizado.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

213. No domínio do abastecimento de água e saneamento estão em execução acções conducentes ao melhoramento do funcionamento dos serviços de abastecimento de água e saneamento e a realização de obras de construção e expansão de sistemas de abastecimento de água e saneamento a escala nacional.
214. Com a realização destas acções, o acesso aos serviços de abastecimento de água passou de 12,6 milhões em 2015 para 18,3 milhões de pessoas em 2020, enquanto, no mesmo período, o acesso ao saneamento passou de 7,7 milhões de pessoas para 11,8 milhões de pessoas.
215. Para logarmos estes progressos, o Governo teve de implementar vários programas de abastecimento de água e saneamento, com destaque para o Programa Água para Vida – PRAVIDA.
216. Deste modo, das acções concluídas, o destaque vai para:
- Construção do Tratamento de Água de Sabié, da Conduta Adutora Corrumana-Machava, a Instalação de redes de distribuição de água das áreas dos Centros Distribuidores de Intaka, Guava, Vila da Moamba e Sábiè, bem como a reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água de Pessene, Zitundo, Ponta de Ouro e Marule, que estão a beneficiar a mais de 300 mil pessoas adicionais, na Província de Maputo;
 - A reabilitação e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água de Bungane, Chibuto, Chigubo, Fungane, Massangena, Mazivila, Nhamaquevele, Chilembene e Hóckwe que estão a beneficiar a mais de 85 mil pessoas adicionais, na Província de Gaza;
 - A construção e/ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Mabote, Massinga, Homoíne, Pambarra, e Zavala que estão a beneficiar a mais de 89 mil pessoas adicionais, na Província de Inhambane;
 - A construção e reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Dacata, Inchope, Guro, Mungari, Macossa, Tambara e Vunduzi, que estão a beneficiar mais de 50 mil pessoas na Província Manica;
 - A construção e/ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Benga, Chitima, Fingoè, Tete e Moatize, Walota e Zóbuè, que estão a beneficiar mais de 100 mil pessoas adicionais, na Província de Tete;
 - A construção e/reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Búzi, Chissinguana, Chironda, Inhamuchindo, Gorongosa, Siluvo, Sena, Santugira, Maciamboza, Marringue e Nangue que estão a beneficiar a mais de 95 mil pessoas adicionais, na Província de Sofala;
 - A construção e/ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Alto Molócue, Cariua, Caiave, Derre, Invinha, Malei, Maganja da Costa, Milange, Nante e Quelimane que estão a beneficiar cerca de 127 mil pessoas adicionais, na Província da Zambézia;

Na Zambézia, estão em curso as obras de reabilitação e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água de Guruè, Tetete e Erego, para beneficiar cerca de 70 mil pessoas.

- A construção e/ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Calipo, Liupo, Mossuril, Monapo, Mucuáli, Nacala, Nanhupo Rio, e Odinepa que estão a beneficiar a mais de 90 mil pessoas adicionais, na Província de Nampula;
- A construção e/ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Balama, Chiúre, Chude, Machoca, Mavala, Namanhumbir, Negomano, Quionga, e Katapua, que estão a beneficiar mais de 114 mil pessoas; e

- A construção e/reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Entre Lagos, Marrupa, Mitande, Mussa e Chuaula que estão a beneficiar mais de 38 mil pessoas.
217. Ainda no âmbito do PRAVIDA, importa também destacar:
- A Construção de 1.096 fontes de água que estão a beneficiar mais de 328.800 pessoas;
 - A Reabilitação de 819 fontes de água que através delas foi possível repor o abastecimento de água para 245.700 pessoas;
 - O Estabelecimento de 24.360 novas ligações domiciliárias e 372 fontanários que estão a beneficiar 591.480 pessoas.
218. Dentro deste mês de Dezembro, vamos iniciar as obras de reabilitação e expansão do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Pemba.
219. No domínio do saneamento urbano, o destaque vai para a construção do Sistema de drenagem e saneamento das Bacias B e C da Cidade de Maputo e a Estação de tratamento de Águas Residuais do Bairro Zimpeto. Estes estão a contribuir para a redução de inundações nas zonas baixas, melhoria da drenagem nas zonas baixas e adjacentes da avenida Julius Nyerere abrangendo os bairros da Polana-caniço e Sommerschild e reforço da resiliência da Cidade de Maputo às cheias e erosão causadas pelas alterações climáticas, redução da poluição do meio ambiente e o escoamento das águas pluviais, minimizando assim o impacto das inundações urbanas e o risco a saúde pública.
220. Um marco importante no domínio do saneamento no país é a implementação desde a independência nacional do Projecto de Saneamento Urbano que culminará com a construção de três Estações de Tratamento de Águas Residuais e sistemas de drenagem nas cidades de Maputo, Tete e Quelimane que irão melhorar substancialmente as condições de saneamento e da saúde pública beneficiando mais de 200 mil pessoas.
221. Ainda no domínio do Saneamento, na Cidade da Beira estão em curso as obras de construção das Infraestruturas Verdes, para restaurar a paisagem natural, controle das inundações e melhoramento do saneamento do meio, procederemos com a sua inauguração dentro desta semana, tendo em conta a época em que nos encontramos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

HABITAÇÃO

222. O Governo lançou, no final do mandato passado, o PROGRAMA HABITA MOÇAMBIQUE que visa materializar as linhas estratégicas da Política e Estratégia de Habitação, assim como diversificar por estratos o acesso à habitação.
223. Construámos 674 habitações e iniciamos outras, com destaque para as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica, Sofala, Gaza, Inhambane e Maputo.
224. Iniciamos a articulação para adoptar mecanismos de apoio e estímulo a participação do Sector Privado, nacional e estrangeiro, no financiamento e produção de habitação para os diferentes segmentos da população, como preconiza o Programa Habita Moçambique.
225. No primeiro Semestre de 2020, lançamos e iniciamos a construção de 300 casas do PROJECTO RENASCER, na Manhiça, Província de Maputo; na Ka Tembe, Município Maputo; em Ribaué, Nampula e Monapo, Província de Nampula; Montepuez e Pemba, Província de Cabo Delgado.
226. Este projecto tem o objectivo de prover habitação para os cidadãos com um salário mínimo e, será implementado em todas províncias neste quinquénio.
227. No âmbito do Projecto Renascer, concluímos 50 casas, das quais 30 na Manhiça e 20 na Cidade de Pemba.
228. No âmbito do Programa **Habita Moçambique**, construámos 86 casas, das quais, 12 casas em Chimoio, Província de Manica, totalizando 100 casas do Conjunto Habitacional Heróis Moçambicanos; 10 casas em Inhambane, totalizando 47 casas do Conjunto Habitacional de Chamane; 32 casas em Dondo, 22 casas em Nampula e 10 em Massangena.

Gestão de Recursos Hídricos

229. Na gestão dos recursos hídricos, estão em curso acções com vista a aumentar a capacidade de armazenamento de água e assegurar a sua disponibilidade para responder à crescente demanda das pessoas e do desenvolvimento económico.

230. Destacamos a conclusão da montagem das comportas na Barragem de Corumana reforçando o abastecimento de água à região do Grande Maputo em cerca de 70%. Deste modo, para além da de geração de 16 Megawatts adicionais, aumentamos ainda a capacidade de irrigação em mais 10 mil hectares, beneficiando, principalmente, as açucareiras de Xinavane e Maragra.
231. As obras de construção da Barragem de Gorongosa, as quais já estão praticamente na fase de conclusão, decorrendo neste momento a fase final, que consiste na instalação dos equipamentos hidromecânicos.
232. Destacamos, igualmente, a construção de 31 represas a nível nacional, priorizando zonas áridas e semiáridas, incrementando a produção agropecuária e aumento da segurança alimentar. Esta acção beneficiou cerca de 3 mil pessoas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

233. Enquadrado nas acções de prevenção da propagação da COVID-19, e para permitir a retoma das aulas de forma segura, até ao presente momento foram concluídas as obras de reabilitações de Sanitários em 175 escolas secundárias, 25 Institutos de Formação de Professores, 10 Lares e Centros Internatos e paralelamente decorrem as obras de construção de raiz de 175 blocos sanitários, dos quais 14 foram concluídos, e 45 novos Sistemas de Abastecimento de Água, sendo que destes, 10 já foram concluídos.

Emprego, Legalidade Laboral e Segurança Social

234. Conforme assumimos, neste ciclo estaríamos orientados para a promoção e geração de Trabalho, Emprego e consolidação da cultura de trabalho, compromisso que este ano prevaleceu e originou a criação da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego.
235. Criamos mais de **175 mil** novos postos de trabalho maioritariamente ocupados por jovens, de um plano que previa a criação de **167 mil**, o correspondente a uma realização acima de **100 por cento**.
236. Alocamos **150** kits de auto-emprego a **420** cidadãos nas áreas de carpintaria, agricultura, corte e costura, serralharia, frio e climatização e pedreiro, o que permitiu aos beneficiários o desenvolvimento de suas actividades empreendedoras.
237. As Incubadoras de Empresas que instalamos nas províncias de Tete e Manica, permitiram a transformação de ideias em negócios, gerando até ao momento **14** pequenas empresas de jovens.
238. Concluímos e apetrechamos o Centro de Emprego de Lichinga, na província de Niassa beneficiando jovens que procuram emprego e empresas que buscam profissionais competentes.
239. Quanto à **legalidade laboral**, continuamos a consolidar a resolução extrajudicial de Conflitos Laborais, tendo registado **80%** de casos mediados com sucesso, reduzindo assim os conflitos que seriam resolvidos pelos tribunais.
240. Adoptámos medidas de protecção e prosseguimos com a implementação do Plano de Acção de combate ao trabalho infantil, incluindo debates e palestras contra esta cruel injustiça social.
241. Quanto à **segurança social**, registamos cerca de **12 046 mil** novos contribuintes na Segurança Social Obrigatória, assegurando que mais de **71 215 mil** trabalhadores passassem a beneficiar das prestações previstas, incluindo o acesso à segurança social de mais de **4 mil** trabalhadores por conta própria.
242. A abertura do acesso aos trabalhadores por conta própria à segurança social, resultou na inscrição de **cerca de 6 976** novos trabalhadores assegurando que os profissionais liberais e trabalhadores do sector informal da economia tenham garantidas as condições para a sua subsistência em caso de perda ou diminuição de capacidade para o trabalho.
243. Inaugurámos as instalações dos serviços distritais de segurança social de Chitima, na Província de Tete, de Chimoio, na Província de Manica, e de Pemba, na Província de Cabo Delgado.
244. Logramos localizar **mil 259** beneficiários, de entre mineiros e ou suas viúvas e dependentes, nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo tendo sido pagos cerca de **711 milhões** de meticais, valor que está a dinamizar a economia local.
245. Logramos localizar **mil 259** beneficiários, de entre mineiros e ou suas viúvas e dependentes, nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo tendo sido pagos cerca de **711 milhões** de meticais, valor que está a dinamizar a economia local.

246. Monitoramos o pagamento de **80** beneficiários de compensações de doenças ocupacionais, tendo sido pago o valor de cerca de **2,2 milhões** de *Rands*, o equivalente a cerca de **10 milhões** de meticais.
247. Face aos impactos da COVID-19, concedemos o Perdão de Multas e Redução de Juros de Mora decorrentes da dívida de contribuições ao Sistema de Segurança Social Obrigatória possibilitando a arrecadação de cerca de 95,3 milhões meticais e o acesso às prestações de Segurança Social a cerca de **mil** beneficiários directos.

Promoção do Desenvolvimento do Capital Humano e Justiça Social

Ilustres Mandatários do Povo, Minhas Senhoras e Meus Senhores!

248. Como temos estado a dizer, apesar das adversidades que vivemos durante o ano, orgulhamo-nos pelos progressos na promoção do desenvolvimento do capital humano e justiça social.

Educação

249. Expandimos o acesso à educação com a construção de **204** novas Escolas Primárias entre públicas, comunitárias e privadas, passando de **13 mil 216** escolas, em 2019, para **13 mil 420** escolas.
250. Tornámos o ensino mais acessível em todas as escolas públicas com a implementação da política de supressão da taxa de matrícula dos alunos da 1ª e 9ª classes, beneficiando mais de **7 milhões** de alunos dos quais mais de **1 milhão** entraram na escola pela primeira vez, conforme prometemos, neste mesmo pódio, no ano passado.
251. Neste sentido, até ao 3º Trimestre distribuámos mais de **20 mil** carteiras escolares das **19 mil** planificadas.
252. Em virtude destas acções, as escolas gerais públicas, privadas e comunitárias matricularam mais de **8 milhões e 500 mil** de alunos, contra cerca de **8 milhões e 100 mil**, em 2019, representando um crescimento de **5%** nos efectivos escolares.
253. Para permitir que o processo de ensino-aprendizagem decorra em perfeitas condições e que os alunos tenham disponível o material básico escolar, em 2020 foram distribuídos gratuitamente cerca de 21,718,710 livros escolares para todas as escolas primárias.
254. Contratámos 7 622 professores, o que correspondem a uma execução de 95,2%.
255. Para fazer face à interrupção das aulas devido à Covid-19, foi feita a recalendarização do ano, de 38 semanas iniciais para 22 a 24 semanas lectivas, a introdução de chamadas de exames e eliminação das épocas de exames.
256. Constitui desígnio deste Governo promover um sistema educativo inclusivo e eficiente que garanta a aquisição de competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades, gestão e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano.
257. Neste âmbito, o Governo aprovou a Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência que preconiza a promoção da transformação da escola, de modo a torna-lo inclusiva e orientada para o sucesso educativo de todas as crianças, jovens e adultos, sem nenhuma discriminação.
258. Para o efeito, estamos a formar professores com qualificações acrescidas, capazes de ensinar na língua oficial portuguesa, no ensino bilingue, na língua de sinais e no uso do sistema braile.

Ensino e Formação Técnico-Profissional

259. Com o objectivo de tornar mais dinâmico e colocar o ensino Técnico-Profissional de monitoria do Governo Central para se prestar mais apoio a este sector, criamos a Secretaria de Estado de Ensino Técnico Profissional.
260. No Sector do Ensino Técnico-profissional, construímos, requalificamos e apetrechamos laboratórios e oficinas do Hotel Escola do Instituto Industrial e Comercial de Inhambane; do Instituto Industrial e Comercial da Beira; e o Instituto Agrário de Marara, na Província de Manica; tendo beneficiado cerca de 3 mil formandos.

261. Renovámos a Certificação Internacional do Centro de Formação Profissional de Pemba, permitindo aos seus graduados competir, em pé de igualdade, nos mercados de trabalho nacional e internacional.
262. No quadro do aumento do acesso ao Ensino Técnico-Profissional, matriculamos cerca de 92 mil alunos, o correspondente a uma realização de 97% da meta planificada.

Ensino Superior, Tecnologia e Inovação

263. No âmbito da expansão do acesso ao Ensino Superior, concedemos um total de 322 bolsas de estudo para o nível de Licenciatura e pós-graduação para a formação de mais moçambicanos.
264. Promovemos a qualidade de ensino, com a entrada em funcionamento do primeiro Centro de Referência em Qualidade e Qualificações do Ensino Superior, que assiste 36 Instituições e beneficia mais de 116 mil utentes do Ensino Superior, dos 4 programados a nível nacional.
265. Quanto à componente de Investigação e Transferência de Tecnologias para as Comunidades, através dos Polos de Investigação e Transferência de Tecnologias, geridos pelo Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Comunitário (CITT) foi introduzida a tecnologia de compostagem. Trata-se de uma alternativa ao uso de adubos químicos tendo capacitado 564 pessoas em técnicas de produção e uso de composto.
266. No quadro de transferência de tecnologias para as comunidades, o CITT iniciou a testagem da adaptabilidade de variedades de Milho, Arroz, Soja e Feijões que são culturas essenciais para a dieta alimentar das comunidades. Espera-se que as variedades que demonstrarem melhor desempenho, sejam difundidas para cerca de 1060 produtores na presente campanha agrícola 2020/2021 abrangidos pelos 6 Polos ora mencionados.
267. Estas intervenções concorrem para o aumento da produção e produtividade agrícola nas comunidades abrangidas pelo processo de transferência de tecnologias desenvolvidas pelo MCTES.
268. No âmbito de desenvolvimento de iniciativas com vista a promover a redução do fosso digital e partilha de informação nas comunidades, foram estabelecidos 7 Telecentros em Marrumeu (Província de Sofala), Mapai (Província de Gaza), Chinde (Província da Zambézia), Nacarua (Província de Nampula), Ancuabe e Balama (Província de Cabo Delgado) e Mecula (Província de Niassa).
269. Esta acção elevou o número de Centros Multimédia Comunitários de 66 em 2019 para 73 em 2020, por conseguinte, elevando-se o potencial de formação e utilização de meios digitais das comunidades de 3.366 para 3.826 potenciais beneficiários por ano.
270. Procedeu-se com o lançamento de um Programa Radiofónico denominado “Conhecimento que pode nos salvar” transmitido em línguas nacionais visando a intensificação de medidas de educação das comunidades e veiculação de mensagens de prevenção à pandemia da COVID-19. O “Programa Conhecimento que pode nos Salvar” está sendo difundido em 42 Distritos abrangendo 10 Províncias do País em 21 Línguas Nacionais, para o benefício de cerca de 10.523.487 habitantes.
271. Desenvolvemos 31 Portais e páginas de Internet, elevando de 123 para 154 Portais de Governos Distritais, cobrindo deste modo todos os distritos do país, o que concorre para a melhoria da prestação de serviços do Estado e Boa Governação.

Saúde

272. No corrente ano, entraram em funcionamento os Hospitais Distritais de Cuamba (Niassa), de Montepuez (Cabo-Delgado), e de Jangamo (Inhambane), no âmbito da nossa iniciativa “Um Distrito, Um Hospital”. Foram ainda inaugurados o Hospital da Mulher e o Centro de Tratamento de Epidemias da Beira (Sofala); e mais de 20 centros de Saúde em todas as províncias.
273. Com estas obras, a rede sanitária cresceu de mil 674 unidades, em 2019, para mil 721, em 2020, melhorando assim, a capacidade de atendimento público e reduzindo a distância que a população percorre para ter acesso a cuidados de saúde.
274. Nas infra-estruturas, concluímos as obras de extensão do Armazém Central do Zimpeto na Cidade de Maputo; concluímos e equipamos o Laboratório de Água e Alimentos na Província de Niassa, os Laboratórios de Biologia Molecular do Hospital Provincial de Tete, do Hospital Geral de Mavalane e do da Cidade de Maputo, bem como o do Centro de Saúde da Ponta-Gêa, na Cidade da Beira.
275. Para melhorar a qualidade de atendimento e serviços, alocamos **32** Ambulâncias em todas as províncias e na cidade de Maputo. Introduzimos um Sistema de Gestão de prioridades nos Serviços

- de Urgências em **7** Hospitais Provinciais, nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Tete, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo; e colocamos **32** Médicos Especialistas, dos quais **13** moçambicanos, nas Províncias.
276. Na saúde infantil, vacinamos mais de **860 mil** crianças com menos de 12 meses, alcançando desta forma a cobertura de **86%** de todas as crianças elegíveis;
277. Foi desencadeada uma campanha de vacinação em duas rondas nos meses de Setembro e Outubro na província de Cabo Delgado que abrangeu comunidades em seis distritos, nomeadamente Ancuabe, Ibo, Macomia, Metuge, Palma e Pemba, num universo de 312.622 pessoas.
278. De mais de **2,2 milhões** de pessoas vivendo com HIV, garantimos o tratamento anti-retroviral de cerca de **1 milhão e 280 mil** adultos e mais de **86 mil e 400** crianças.
279. Conseguimos no mesmo período expandir a taxa de cobertura de partos institucionais em **85%** o que representa um aumento em **3%** em relação aos partos realizados no mesmo período, em 2019.

Juventude

280. Foram incorporados **500** jovens no Serviço Cívico de Moçambique.
281. Formamos e sensibilizamos adolescentes e jovens em matérias de saúde sexual e reprodutiva, nutrição, HIV e tratamento anti-retroviral, violência Baseada no Género, os perigos do álcool e outras drogas.
282. Constituímos e reactivamos mais de **400** núcleos anti-droga, congregando mais de **6 mil** jovens e capacitamos **mais de mil** activistas, beneficiando mais de **4 mil e 500** adolescentes e jovens.

Desporto

283. Não obstante as restrições, devido à Covid-19, Moçambique apurou-se para o **Campeonato Africano de Sub-20**, que irá decorrer na Mauritânia, em Fevereiro de 2021, após apurar-se para a final ao vencer a Zâmbia nas meias finais.
284. Moçambique qualificou até ao momento **5** atletas para os Jogos Olímpicos, sendo **2** na modalidade de boxe e **3** na de Vela. Neste momento, estão em perspectiva de qualificar mais **4** atletas na modalidade de Judo e **1** em karate, mais as duas duplas de Vólei de Praia.
285. Disponibilizamos fundos para apoiar várias federações e a prática desportiva para a preparação em diferentes certames internacionais que muito podem honrar a nossa presença competitiva.
286. Procedemos a obras de reabilitação e apetrechamento do Estádio Nacional do Zimpeto, o que permitiu a sua aprovação pela Confederação Africana de Futebol (CAF) para acolhimento e realização de jogos internacionais.
287. No âmbito da Semana Nacional do Desporto, fizemos a entrega de 3.215 Unidades de material e equipamento desportivo para a massificação do desporto em todas as províncias, constituído de bolas, coletes, apitos e cordas.

Cultura e Arte

288. No domínio da cultura, concebemos o projecto “ARTE NO QUINTAL” que é uma iniciativa implementada através de plataformas digitais, inscrevendo mais de **100** projectos envolvendo cerca de **90** artistas de todo o país.
289. Capacitámos nas cidades de Maputo, Beira, Nampula, Niassa e Tete, **mil e 200** profissionais e fazedores das artes e cultura.
290. Concebemos o Projecto “CANTATE” para as províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa na perspectiva da formação de jovens de ambos os sexos, dotando-lhes de conhecimentos, habilidades e instrumentos na área das artes.

291. Inaugurámos a Casa da Cultura no Distrito de Lalaua (Nampula), e o novo edifício da Delegação do ARPAC – Instituto de Investigação Sócio Cultural, em Xai-Xai (Gaza).
292. Lançámos livros sobre a nossa própria história tais como: memórias dos Massacres coloniais em Inhaminga (1973-1974); memórias da Luta Armada de Libertação Nacional na Frente de Manica e Sofala e a resenha toponímica de Sofala.

Acção e Protecção Social

293. No âmbito da inclusão social e igualdade de género, prestamos assistência social a cerca de **615 mil** agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade. Durante o corrente ano registamos um aumento em mais de **19 mil** beneficiários em relação a 2019.
294. Para reduzir os impactos do COVID-19 nas famílias mais vulneráveis, disponibilizamos informação, materiais de protecção, e fizemos transferências monetárias para mais de **1 milhão de cidadãos**.
295. Prestamos apoio psicossocial a cerca de **15 mil 230** pessoas no contexto pós-emergência e mais de **900** pessoas idosas desamparadas em Centros Públicos de Apoio à Velhice, contribuindo para o combate à mendicidade.
296. Assistimos ainda a mais de **2 mil** pessoas vítimas de violência, das quais **mil e 628** mulheres, e **416** crianças, e criamos **15** Centros de Atendimento Integrado às vítimas de violência.
297. Apoiamos mais de **222 mil** crianças, das quais cerca de **26 mil** em infantários e em centros de acolhimento à criança em situação difícil.
298. Reforçamos as acções de prevenção e combate às uniões prematuras e como resultado mais de **70** crianças vítimas foram colocadas em famílias próprias ou em protecção alternativa.

Combatentes

299. Ao longo de 2020 registamos e distribuímos cerca de **mil e 700** cartões de identificação para veteranos da Luta de Libertação Nacional e combatentes da Defesa da Soberania e Democracia.
300. Aumentámos o número de beneficiários de pensões, tendo fixado mais de **mil e 400** pensões, sendo **95** para Veteranos da Luta de Libertação Nacional, **864** para os Combatentes da Defesa da Soberania e Democracia e **449** de pensão de sobrevivência.
301. Asseguramos a assistência médica e medicamentosa de **732** combatentes, sendo **319** para Veteranos da Luta de Libertação Nacional e **413** para os Combatentes de Defesa da Soberania e Democracia.
302. Na prossecução dos objectivos do Governo para a implementação da política de inserção e inclusão social, foram distribuídos 330 meios de compensação aos combatentes e procedeu-se com a entrega de 19 casas a igual número de combatentes com deficiência profunda no Distrito de Marracuene, província de Maputo.

Fortalecimento da Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente

Caros Compatriotas!

303. Neste domínio, aprovamos o Decreto de suspensão da autorização de novos pedidos de áreas de exploração de madeira em regime de Licença Simples, bem como em regime de Concessão Florestal, por um período de **dois anos**, concorrendo para a redução da pressão sobre os recursos florestais;
304. Aprovámos a **Política de Florestas** que irá assegurar que o património florestal contribua para o desenvolvimento socioeconómico, sem comprometer a integridade de ecossistemas florestais;
305. Recategorizamos a Reserva Nacional de Niassa, passando a Reserva Especial de Niassa; recategorizamos também as Reservas Nacionais de Gilé e Chimanimani para Parques Nacionais de Gilé e de Chimanimani.

306. Lançamos o programa **“A Caça Furtiva Rouba-nos a Todos Nós”**, desenvolvida em Português e em línguas locais, com a finalidade de sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de preservação da fauna e a flora como um bem público.
307. Até 2014, perdíamos cerca de 1200 Elefantes ao ano, contra os cerca de 360 registados de 2015 a 2018. Apraz-nos renovar a informação que de 2018 até ao momento, a Reserva do Niassa e o Parque Nacional de Gorongosa não perderam qualquer elefante resultante da caça furtiva.
308. Procedemos ao repovoamento faunístico de diferentes parques e reservas com cerca de 10 mil animais de diferentes espécies.
309. Lançamos o processo de Auscultação da revisão da Política Nacional de Terras com o objetivo de dar resposta aos desafios da consolidação das estruturas da economia do mercado, o aumento do número de habitantes perante recurso natural não renovável, as mudanças climáticas, necessidade de compensação da biodiversidade, a emergência de macroprojectos e o acelerado crescimento da população urbana.
310. Deixamos claro que o Estado continuará a ser o proprietário da terra e protegidos os direitos adquiridos de acesso à terra.
311. Privilegiamos na Zona Tampão do Parque Nacional de Gorongosa, a prática da agricultura familiar para a produção de alimentos, com enfoque no Café da Gorongosa e o seu processamento. Esta iniciativa resultou na geração de empregos e no empoderamento das raparigas, combatendo os casamentos prematuros e a gravidez precoce.
312. Está depositado nesta Magna Casa, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial do País que irá definir e estabelecer as directrizes que devem orientar o uso de todo o território nacional e as prioridades de intervenção à escala nacional, concorrentes à eliminação de assimetrias regionais.
313. No âmbito de administração e gestão de terras, foram registadas no Sistema de Gestão de Informação de Terras (SiGiT) 191 mil e 863 parcelas de ocupantes de Boa-Fé, em 34 distritos. Este cadastro electrónico nacional de terra permite um maior segurança da posse da terra àqueles que legitimamente as ocupam.

Reforço da Cooperação Internacional

**Respeitados Deputados,
Caros Moçambicanos,
Distintos Convidados!**

314. Continuamos a fortalecer a nossa diplomacia económica assegurando a mobilização de investimentos para o desenvolvimento das áreas prioritárias de crescimento e desenvolvimento, com o destaque para a nossa participação:
- Na **Cimeira de Investimento entre o Reino Unido e África**,
 - No **“Fórum dos Líderes”**, organizado pelo Conselho Corporativo para África (CCA), onde mobilizamos o empresariado americano e de outros países de África para investir nos sectores estratégicos da nossa economia.
315. Impulsionamos parcerias económicas sendo de destacar:
- O **Acordo de Parceria Económica entre a União Aduaneira da África Austral (UAAA/SACU), Moçambique e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (RU)**;
 - **Acordo Preferencial de Moçambique com Indonésia e Malawi; e**
 - **A aprovação da pauta negocial**, contendo produtos pesqueiros, agrícolas, mineiros e manufacturados, que poderão ser importados com tratamento preferencial.
316. Acolhemos, este ano, a Presidência Rotativa da SADC, num ano em que esta agremiação regional se concentra na promoção da paz, segurança e desenvolvimento da população da África Austral.

317. Participamos em sete importantes reuniões concernentes a matérias de defesa ao nível da CPLP, SADC e UA entre eventos presenciais e com recurso as Tecnologias de Informação.
318. Vale a pena destacar, a nossa participação na Cimeira Global sobre as Vacinas de 2020, sob os auspícios de “Vaccine Alliance and Immunisation” onde consolidamos o compromisso do Governo moçambicano em assegurar o acesso universal das populações às vacinas e mobilizamos apoios para o país para podermos responder à pandemia da COVID-19.

III. PERSPECTIVAS

Digníssimos Deputados, Compatriotas!

319. O ano de 2020 foi atípico e introduziu uma crise global de largas proporções. Em todo o mundo as economias regrediram, a situação financeira deteriorou-se, as taxas de crescimento foram severamente afetadas.
320. Vivemos nesse mundo global e fomos igualmente atingidos pelos efeitos da COVID 19. Contudo, deve ser registado que não ficamos de braços cruzados, esperando que outros façam o que nos compete a nós, moçambicanos, enfrentar e vencer.
321. Foi assim que mantivemos em marcha um conjunto de ações estruturais que nos permitiram minimizar os impactos desta conjuntura mundial adversa. Podemos ficar orgulhosos do quanto realizamos em todos os sectores, em todos os recantos desta nossa casa chamada Moçambique.
322. Aqui e mais uma vez, continuaremos apostados em consolidar a Paz e Reconciliação Nacional, a Unidade Nacional, e a garantir a segurança das populações, condições essenciais para o desenvolvimento.
323. Proveremos mais educação e melhor saúde, aproximando os serviços da população nas zonas rurais, assegurando cada vez maior e melhor assistência as pessoas mais vulneráveis, e garantindo o acesso à justiça.
324. Não importa o tamanho das adversidades. O tamanho da nossa vontade e da nossa esperança são maiores que todas as dificuldades. Continuaremos a promover investimentos em infra-estruturas económicas e sociais de qualidade. Continuaremos a dinamizar a nossa economia, continuaremos a investir nas infraestruturas, continuaremos a apostar nos sectores sociais que sirvam, mais e melhor, todos os moçambicanos sem excepção. Este é o contrato que celebramos com o povo moçambicano.
325. Que não haja nenhuma dúvida: nós, Moçambique, vamos continuar a crescer. Na indústria extractiva, em particular, asseguraremos que os projectos de exploração de gás natural sejam determinantes para o crescimento económico, através de ligações com os demais sectores e geração de emprego.
326. Repito: nós vamos continuar a crescer. Continuaremos a fazer que este crescimento económico seja sustentável e transparente. Nós os moçambicanos continuaremos a fazer com que a economia respeite o meio ambiente. E faremos tudo para que os nossos recursos naturais sirvam realmente o desenvolvimento local das comunidades e assegurem a sustentabilidade das gerações futuras.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

327. Como nos ensinou Eduardo Chivambo Mondlane “a nossa luta é prolongada”. Assim, quero apelar a todos para abraçarmos o grande legado deste filho de Moçambique, no apelo para a união dos Moçambicanos. Assim, manter-nos emos firmes na luta pela preservação de um Moçambique soberano, uno e indivisível.
328. Como todos pudemos testemunhar este relatório foi extenso e detalhado. Não podia ser de outra maneira. Queríamos demonstrar que, apesar de todos os constrangimentos, a vida em Moçambique não parou. O Povo Moçambicano não perdeu o foco. O país registou progressos em domínios que o governo considera estratégicos para o desenvolvimento da vida dos moçambicanos em 2021. Não podemos, contudo, pensar que os desafios que nos esperam não serão complexos.
329. Se pudesse resumir este ano numa frase, poderia dizer que **foi um ano de sacrifício perante inesperadas adversidades e, que apesar tudo, fomos capazes de responder de forma dinâmica e criativa.**
- Quero anunciar que estamos a trabalhar de modo a conceder um indulto a compatriotas que cumpriram metade da pena de forma exemplar, aos doentes graves e aos idosos. É nossa intenção que isso aconteça antes do final do Ano.

Dito tudo isto, podemos afirmar com convicção que, o **ESTADO DE NAÇÃO É DE RESPOSTA INOVADORA E DE RENOVADA ESPERANÇA!** Este é a conquista de um povo que sabe ser atento e solidário, de um Governo que, sobretudo, não perdeu o foco na defesa do seu povo.

Moçambicanas e Moçambicanos!

330. Permitam-me que termine, apelando para pautarmos pela contenção nas celebrações que se avizinham, obedecendo às regras conhecidas por todos de prevenção a propagação do COVID-19.
331. Volto a repetir o que disse aos jovens em Dondo, na Província de Sofala: “A festa hoje pode esperar o melhor momento de amanhã, mas a doença decorrente de aglomerado festivo, poderá roubar-nos a oportunidade de viver o amanhã.” Mas, como disse, sobre isso voltaremos a falar. Respeitemos a vida. Evitemos transformar as nossas estradas em corredores da morte, obedecendo com rigor às regras de trânsito.
332. Auguro bom regresso aos que vivem fora de Maputo e que encontrem as famílias de boa saúde.
333. Aproveito esta ocasião para desejar a todos os moçambicanos votos de festas felizes e um próspero 2021!

Muito obrigado pela vossa atenção!